

OS PROFESSORES E A ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

JOAQUIM LUÍS COIMBRA

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação/ Universidade do Porto

A Orientação Vocacional tende hoje a ser entendida como uma componente imprescindível de qualquer projecto educativo consistente. Há mesmo quem defenda o ponto de vista segundo o qual a orientação dos jovens deve ser considerada como um dos objectivos últimos e transversais de todo o processo educativo. De facto, o desenvolvimento de aprendizagens, competências, saberes, ou a formação de interesses, gostos ou valores – um e outra ocorrendo cada vez mais no contexto da escola – vão progressivamente moldando o adolescente e o jovem no sentido da construção da sua identidade pessoal e da sua orientação para a vida (que não apenas a denominada vida activa). Esta é, possivelmente, a primeira função da escola ao nível da orientação dos alunos: a de facilitar o conjunto de condições onde estes são postos em relação com o mundo e em cujo contexto acontecem experiências e aprendizagens susceptíveis de influenciar o seu desenvolvimento pessoal. No entanto, quando vulgarmente se fala de Orientação, o referente é diverso desta primeira função da escola. Na maioria dos casos, fala-se de Orientação em termos mais específicos – englobados, contudo, na acepção anterior –, significando-se um conjunto determinado de tarefas associadas à elaboração e concretização de um projecto de vida, entre as quais avultam tomadas de decisão.

O objectivo deste texto é o de contribuir para estimular uma reflexão – dirigida a professores e outros profissionais da educação – sobre o lugar da Orientação Vocacional na escola, sobre as necessidades de adolescentes e jovens nesta dimensão do seu desenvolvimento – por isso designada vocacional – e sobre o papel que, de uma forma sistemática e intencional, aqueles podem desempenhar, no âmbito da sua intervenção educativa, para responderem a tais necessidades.

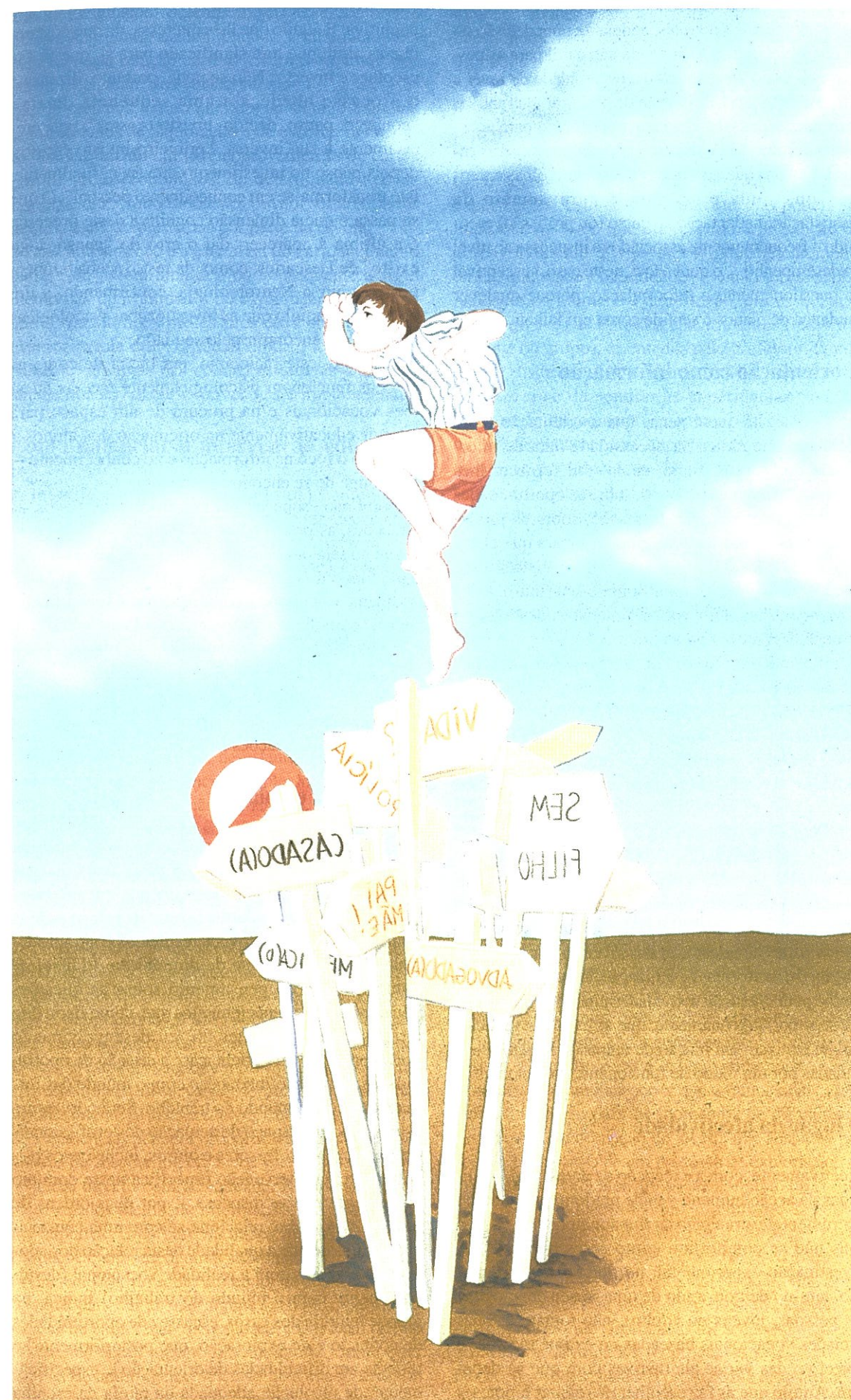
A orientação como descoberta

Quando se pensa em Orientação, a associação mais frequente são os chamados “testes vocacionais” (ou psicotécnicos). Existe todo um discurso social estruturado em torno da ideia de descoberta da “vocaçã certa”, como se esta estivesse, desde sempre, inscrita no interior de cada um, bastando, portanto, desocultá-la através dos testes. É como se as preferências,

capacidades, valores e outras características pessoais tivessem nascido com a pessoa e existissem de uma forma estável e não fossem – como efectivamente são – atributos em permanente mudança no quadro de um processo – lento – de construção e de desenvolvimento. Quando assim se pensa, a orientação perde sentido como intervenção educativa (no sentido da transformação do aluno). Neste caso, a orientação é remetida para as margens do processo educativo: ela não é da conta dos professores, mas de especialistas com competência específica para descobrir, identificar e medir o que há de escondido dentro de cada aluno. Ora, o objectivo da orientação, tal como o da educação, não é o da conservação/cristalização das características do aluno, mas o da sua transformação e desenvolvimento. Há talvez vantagem em pensar a orientação como uma intervenção transversal e paralela à educação do aluno.

A orientação como decisão única

Há também quem pense que a orientação é o resultado de uma (única) decisão – geralmente no final do 9º ano da escolaridade básica –, que, uma vez tomada, determina todo o futuro do indivíduo de uma forma irreversível. Ao contrário, a orientação é o resultado de um processo de sucessivas escolhas e decisões interdependentes, que vão sendo tomadas ao longo de toda a vida, sendo que, em cada momento, o futuro do indivíduo está aberto a múltiplas possibilidades, cada uma das quais carecendo de exploração. Para facilitar a compreensão daquilo que efectivamente acontece, melhor seria até que não se falasse – como geralmente se verifica – de um projecto (ou de um projecto de vida) – o que só tende a agravar aquele equívoco – mas antes de pequenos projectos que as pessoas vão ensaiando e que, na medida em que vão sendo concretizados, as conduzem a outras possibilidades de novos pequenos projectos. De resto, esta noção de pequeno projecto, além de se adequar melhor à lógica do funcionamento humano individual, é também a que melhor se adapta a um contexto social caracterizado pela aceleração e imprevisibilidade das mudanças. Aquilo que, correntemente, se pretende exprimir com a expressão “projecto de vida” é algo que só pode ser



constatado retrospectivamente no percurso histórico de cada um. Além do mais, a ideia de uma decisão ou de um projecto para toda a vida não é útil para as pessoas que se confrontam com a necessidade de rever e reformular as suas escolhas e de procurar alternativas mais adequadas. Tal ideia tem contribuído para acentuar o sentimento de fracasso pessoal que experimentam os jovens que questionam as suas escolhas anteriores ou, ainda pior, para o agravamento da insatisfação/inadaptação ao curso (ou profissão) escolhido – frequentemente associados a insucesso ao nível do desempenho –, o qual não é, neste caso, susceptível de questionamento e reformulação, porque qualquer mudança de planos é sentida como um falhanço.

A orientação como informação

Finalmente, há quem pense que a orientação é um problema que radica na necessidade/falta de informação dos jovens. Seria, então, útil fornecer-lhes informação sobre si próprios, sobre as oportunidades do sistema de educação-formação, sobre as profissões e sobre o mercado de emprego, para que eles a pudessem processar e analisar, com vista a uma tomada de decisão racional sobre o seu futuro. Convém, aqui, distinguir várias dimensões deste modo de encarar o problema da orientação.

É importante, em primeiro lugar, que se produza informação sobre a estrutura de oportunidades sociais (educativas, formativas, profissionais), sobretudo no nosso País, e que essa tarefa seja realizada de forma sistemática e contínua – a informação está fatalmente num processo de permanente obsolescência –, sendo a sua escolha e organização realizadas em função de critérios e objectivos de orientação.

O problema não está na informação em si, nem nos meios que a suportam (os quais desejavelmente devem ser os mais variados: escritos, audiovisuais, informáticos, multimedia). O problema reside: (a) em reduzir as necessidades de orientação dos jovens à falta de informação; (b) nas formas de utilização dos meios de informação para organizar actividades junto dos jovens; (c) em se supor, ingenuamente, que as escolhas vocacionais se realizam em função de regras da lógica, determinadas por um modo de funcionamento racional.

O lugar da afectividade

Efectivamente, com a excepção de áreas bem localizadas da acção humana – onde predomina um modo instrumental/estratégico de funcionamento –, as pessoas não se comportam como seres racionais. A investigação experimental, no domínio da orientação, tem-no demonstrado de uma forma conclusiva. As pessoas, jovens ou adultos, não tomam as suas decisões vocacionais baseadas no exame racional e objectivo das várias alternativas com que se deparam. Aquilo que as faz escolher ou rejeitar hipóteses

é muito mais de ordem afectiva e emocional do que cognitiva. É aquilo que lhes interessa, de que gostam, que as atrai, que tem significado para si, que as faz escolher e investir. Não se pode, portanto, dizer que o processo obedeça a uma sequência do tipo “conheço, penso, decido, invisto (gosto)”, mas precisamente à sua inversa: “primeiro invisto (gosto), depois penso no investimento que fiz e, finalmente, isto transforma-se em conhecimento pessoal”. O que se passa é que a dimensão cognitiva deste processo é a última a aparecer: daí o erro do “penso, logo existo” de Descartes, como, de resto, acaba também por concluir a Neurobiologia, confirmando, a um outro nível, aquilo que as investigações psicológicas têm vindo a encontrar pelo seu lado.

No entanto, este raciocínio, em busca de como as pessoas funcionam psicologicamente face às questões vocacionais e na procura de um espaço para intervir educativamente na orientação dos alunos – evitando o foco na informação e no conhecimento –, está longe de se encontrar completo.

Importa não esquecer que tais afectos (os gostos, as atracções, as preferências, as “inclinações”) se constroem no seio das oportunidades que os jovens têm de agir com o mundo. Na ordem das “coisas” do funcionamento psicológico, o que nos aparece em primeiro lugar é, portanto, a acção/interacção do indivíduo com o mundo. E é nessas oportunidades de relação com o mundo que ele se torna um sujeito (de acção, de afecto e de conhecimento) e que acaba por ir construindo o seu conhecimento de si próprio e do mundo (por exemplo, das formações e das profissões).

O papel da escola

Neste sentido, o papel da escola e dos professores em particular, no que à orientação dos alunos diz respeito, ganharia em centrar-se menos em intervenções dirigidas para o fornecimento de informação (a qual, além do mais, provoca resultados contraproducentes, designadamente de diminuição do nível de complexidade do pensamento sobre as questões vocacionais) mas em elementos que, como ficou dito atrás, são determinantes no seu desenvolvimento vocacional e na sua orientação: a criação de oportunidades de relação/interacção com o mundo das formações e com o mundo do trabalho. Será porventura este o principal espaço de actuação dos profissionais da educação – professores e outros, inclusive os psicólogos, cuja intervenção específica neste domínio obviamente não se dispensa –, por duas ordens de razões. A primeira, relaciona-se com uma constatação geral: a de que a qualidade desta relação dos adolescentes/jovens com a realidade vocacional (designadamente com o mundo do trabalho) indica, na grande maioria dos casos, escassez de oportunidades de contacto e de exploração, que posteriormente se reflecte em dificuldades de orientação e, especificamente, de resolução adequada da tarefa da escolha

com que estão confrontados no final da escolaridade básica. A segunda razão prende-se com o facto de a riqueza desta relação entre o jovem e o mundo não ser independente dos seus contextos de vida e grupos de pertença, sendo que, obviamente, o leque de possibilidades de exploração e de escolha se encontra mais reduzido em jovens provenientes de certos grupos socio-económicos, de determinado tipo de famílias, etc.. Sobretudo estes devem ser creditados de uma atenção particular por parte da escola.

Se assentarmos que é a este nível do enriquecimento da relação jovem-mundo e do consequente alargamento das oportunidades de exploração vocacional que o trabalho dos professores deve situar-se, será eventualmente útil examinar, ainda que esquematicamente, algumas das condições através das quais aquele objectivo é susceptível de ser implementado.

Como potenciar a intervenção educativa

A investigação tem evidenciado um conjunto de ingredientes capazes de potenciar a intervenção educativa para a promoção do desenvolvimento de jovens, nomeadamente da sua orientação vocacional. Listam-se seguidamente:

(a) *Experiências de acção.* Como ficou visto, as experiências de acção/interacção com o mundo são a matéria-prima do desenvolvimento humano. Há, no entanto, algumas condições susceptíveis de otimizar a qualidade desenvolvimental de tais experiências. Devem, antes de mais, ser desafiantes no sentido em que o seu nível de exigência/complexidade deve estar um pouco acima, mas não demasiado, das possibilidades actuais do jovem; significativas porque se originam na sua situação presente, ou seja, porque vão ao encontro das suas necessidades e interesses vocacionais; desejavelmente deverão ser escolhidas por serem novas (a novidade e a variação constituem a essência do processo de exploração vocacional); e devem supor um compromisso da parte do jovem. Com estas características, as experiências ideais são aquelas que implicam o desempenho de um papel real numa situação real, como acontece com as experiências de trabalho, visitas de estudo, estágios e mini-estágios, entrevistas a profissionais, observação de postos de trabalho, sombreamento (*work shadowing*), etc. Mas outro tipo de experiências pode ser proporcionado aos jovens no quadro da mesma lógica, ainda que não implique o contacto directo com a realidade. Retomemos os já mencionados meios de informação, nos mais diversos suportes. Uma base de dados informática sobre formações, um videograma sobre uma profissão, um documento escrito sobre um sector de actividade económica, para dar apenas alguns exemplos, permitem formas de exploração da realidade vocacional (ou de segmentos dela), mesmo que indirectas, desde que, em vez de como meros veículos de fornecimento de informação, sejam utilizados como meios para estru-

turar actividades que conduzam à expressão, análise e questionamento de expectativas, representações, significados e sentimentos do jovem relativamente a esses aspectos da realidade, o que implica, naturalmente, que este processo seja apoiado e estimulado pelo professor.

(b) O segundo ingrediente é a *integração* daquelas experiências. Tem-se observado que elas podem ser improdutivas – no que diz respeito à promoção do desenvolvimento dos jovens – independentemente da sua qualidade e quantidade –, se não forem acompanhadas de momentos de reflexão, discussão, análise, expressão de opiniões e sentimentos (individualmente ou grupo), orientados pelo professor. É aqui que se discrimina, selecciona, ordena, hierarquiza, valoriza e se dá sentido às experiências vividas. Trata-se de um momento de retenção do que pode ser mais importante nessas experiências e que se sedimenta na personalidade do jovem. Dito de outra forma: é o momento de passagem do acontecimento à estrutura (do indivíduo).

(c) Finalmente, a *relação* constitui o terceiro ingrediente fundamental desta metodologia geral para intervir na orientação dos jovens. Como tem sido sublinhado, a essência do processo de desenvolvimento humano reside na transformação da relação do sujeito com o mundo. Quando se fala de mundo, neste contexto, não se quer referir o mundo dos objectos físicos, mas sobretudo o mundo social, tal como quando se fala na organização de uma visita a uma empresa, como oportunidade de exploração vocacional, não se significa tanto as instalações e o equipamento como as pessoas, as relações e o contexto social em que elas se passam. Com efeito, é nas relações/encontros com os outros que o desenvolvimento ocorre e é desta dimensão que importa tirar partido nestas intervenções. Há, no entanto, um outro tipo de relação decisivo para o sucesso desta metodologia: é a que o professor estabelece com cada jovem, a qual deve caracterizar-se como uma relação interpessoal de confiança mútua, emocionalmente investida, onde se deve combinar, de uma forma equilibrada, duas componentes: o apoio e o desafio. O desafio porque experimentar coisas novas exige esforço e implica correr riscos (emocionais, entre outros). O apoio para os momentos de dificuldade, insegurança ou decepção do jovem, que acabarão por acontecer ao longo de um processo de exploração.

Prestada a devida atenção a este conjunto de condições, fácil será identificar um sem número de actividades e projectos da iniciativa de professores, capazes de promover a orientação e o desenvolvimento de adolescentes e jovens no contexto da escola. Seria útil, de resto, que se fosse consolidando experiência neste domínio tão carenciado da acção educativa e que fossem divulgados os processos e produtos de tais acções com vista à sua progressiva disseminação e generalização.